

Windepar Holding  
S.A.

**Demonstrações contábeis  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultados abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos Acionistas e Diretores da  
Windepar Holding S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Windepar Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Windepar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidados**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidados**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2

# Windepar Holding S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

		Controladora	Consolidado
	Nota	31/12/2016	31/12/2016
<b>Ativo circulante</b>		<b>5.546</b>	<b>32.466</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.546	11.287
Títulos e valores mobiliários	6	-	12.931
Contas a receber de clientes	7	-	7.152
Impostos e contribuições sociais a compensar	8	-	1.016
Outros ativos		-	80
<b>Não circulante</b>		<b>247.309</b>	<b>517.085</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	16	29.700	-
Investimentos em controladas	9	217.609	-
Imobilizado	10	-	502.634
Intangível	11	-	14.451
<b>Total do ativo</b>		<b>252.855</b>	<b>549.551</b>
		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Nota</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>35</b>	<b>41.034</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	9.615
Fornecedores	13	25	25.539
Salários, férias e encargos sociais		-	265
Impostos e contribuições sociais a recolher	14	10	485
Provisões de constituição de ativos	15	-	4.634
Provisão para compensação ambiental		-	494
Outros passivos		-	2
<b>Não circulante</b>		<b>92.256</b>	<b>347.953</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	66.816	322.513
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	16	25.440	25.440
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>160.564</b>	<b>160.564</b>
Capital social	17	178.754	178.754
Prejuízo acumulado		(18.190)	(18.190)
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>252.855</b>	<b>549.551</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Windepar Holding S.A.

## Demonstrações do resultado

Período de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Nota</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>51.029</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Compra de energia elétrica		-	(29.693)
Custos dos serviços prestados		-	(1.803)
Depreciação e amortização	<b>10 e 11</b>	-	(11.433)
	<b>19</b>	-	<b>(42.929)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>8.100</b>
<b>(Despesas) Receitas operacionais</b>			
Administrativas e gerais		(201)	(898)
Pessoal		-	(414)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	(517)
Depreciação e amortização	<b>10 e 11</b>	-	(16)
Equivalência patrimonial		(17.711)	-
	<b>19</b>	<b>(17.912)</b>	<b>(1.845)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>(17.912)</b>	<b>6.255</b>
Despesas financeiras	<b>20</b>	(330)	(24.556)
Receitas financeiras	<b>20</b>	52	2.600
		<b>(278)</b>	<b>(21.956)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(18.190)</b>	<b>(15.701)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>21</b>	-	(2.489)
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(18.190)</b>	<b>(18.190)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Windepar Holding S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Período de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(18.190)</b>	<b>(18.190)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b><u>(18.190)</u></b>	<b><u>(18.190)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Windepar Holding S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016

*(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Capital subscrito e integralizado em 01.02.2016 conf. Ata de constituição em 14.10.2015	1	-	1
Integralização de capital	178.753	-	178.753
Prejuízo do período	-	(18.190)	(18.190)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>178.754</b>	<b>(18.190)</b>	<b>160.564</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Windepar Holding S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora	Consolidado
		31/12/2016	31/12/2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do período		(18.190)	(18.190)
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação e amortização		-	11.449
Equivalência patrimonial		17.711	-
Variações monetárias líquidas		322	39.148
Receita de aplicações financeiras		-	(463)
Despesa de imposto de renda e contribuição social		-	2.489
		<b>(157)</b>	<b>34.433</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>			
Contas a receber de clientes	7	-	(7.152)
Impostos e contribuições sociais a compensar	8	-	(834)
Adiantamento a fornecedores		-	(19)
Outros ativos circulantes		-	(58)
		-	<b>(8.063)</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>			
Fornecedores	13	25	(102.037)
Salários, férias e encargos sociais		-	(65)
Impostos e contribuições sociais a recolher	14	10	(192)
Outros passivos circulantes		-	1
		<b>35</b>	<b>(102.293)</b>
<b>Impostos e contribuições pagos sobre o lucro</b>			
		-	<b>(1.561)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>			
		<b>(122)</b>	<b>(77.484)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Resgate de investimentos (Títulos e valores mobiliários)	6	-	48
Aplicações em investimentos (Títulos e valores mobiliários)	6	-	(12.516)
Caixa adquirido na transação de capital		-	3.381
Adições no imobilizado	10	-	(42.892)
Adições no intangível	11	-	(280)
		-	<b>(52.259)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital / Emissão de ações		1	1
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas		(60.827)	71.051
Empréstimos, financiamentos e debêntures tomados	12	66.494	490.022
Juros pagos (encargos de dívidas)	12	-	(47.263)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	(372.781)
		<b>5.668</b>	<b>141.030</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>			
		<b>5.546</b>	<b>11.287</b>
<b>Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do período	5	-	-
Saldo no final do período	5	5.546	11.287
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>5.546</b>	<b>11.287</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### 1 Informações gerais

A Windepar Holding S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, n. 1996, 16º andar, Conjunto 162, Sala E, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.

A Windepar participa em cinco empresas eólicas de energia elétrica no Brasil, sendo elas:

Empresas	Localização / Conexão	Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Autorização		Início da Operação	Capacidade Instalada - MW	Energia Assegurada - MW	Potência por Máquina	Autorização ANEEL - início operação comercial	
			Início	Fim					Autorização ANEEL	Operação comercial
Energia dos Ventos I S/A	Aracati (CE)	431/2012	17/07/12	17/07/47	22/04/16	23.100 kW	11,8	2.100 kw	1.327/2016	22/04/16
Energia dos Ventos II S/A	Aracati (CE)	428/2012	16/07/12	16/07/47	13/05/16	12.600 kW	5,8	2.100 kw	1.538/2016	13/05/16
Energia dos Ventos III S/A	Aracati (CE)	433/2012	19/07/12	19/07/47	03/03/16	18.900 kW	9,6	2.100 kw	1.326/2016	03/03/16
Energia dos Ventos IV S/A	Aracati (CE)	442/2012	24/07/12	24/07/47	02/03/16	27.300 kW	14,8	2.100 kw	690/2016	02/03/16
Energia dos Ventos X S/A	Aracati (CE)	435/2012	19/07/12	19/07/47	02/03/16	16.800 kW	8,7	2.100 kw	1.051/2016	02/03/16
<b>Total</b>						<b>98.700 kW</b>				

As empresas controladas tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Vinculadas à autorização dada as Companhias Controladas como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/2011, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os CCEARs possuem vigência durante o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2035 e são ajustados anualmente pelo IPCA.

- **Autorização da ANEEL para início das operações comerciais :** As empresas controladas foram liberadas como aptas à operação comercial no 1º semestre de 2016 conforme mencionado no quadro acima.
- **Implantação da linha de transmissão:** Em virtude do processo de caducidade da concessão outorgada à SPE BR Transmissora Cearense de Energia Ltda, responsável pela construção e implantação da Instalação de Transmissão de Interesse Restrito para Conexão Compartilhada de Centrais de Geração - ICG Subestação Aracati III, em 26 de julho de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 1987 que estabelece I) a interrupção da implantação das instalações de interesse restrito em 138 kV das empresas controladas; II) aprova a alteração do ponto de conexão da empresas controladas para a Subestação Russas II, em 230 kV; III) determina que as empresas controladas, também conhecidas como, EOL Goiabeira, EOL Ubatuba, EOL Santa Catarina, EOL Pitombeira e EOL Ventos de Horizonte implantem em conjunto a linha de transmissão de interesse restrito em 230 kV para conexão das CGEs - Centrais de Geradoras Eólicas na Subestação Russas II, em até 24 meses, contados da publicação do referido Despacho. Por esta

razão, as empresas controladas estão desobrigadas da entrega de energia prevista nos CCEARs até que a linha de transmissão seja finalizada.

Buscando compensar as empresas controladas, citadas acima, pelo investimento adicional necessário não previsto inicialmente, a ANEEL aprovou desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST em favor de todas as Centrais Geradoras no valor de R\$ 2.968 (corrigido anualmente pelo IPCA com data de referência Abril/2016) até o prazo de 31 de dezembro de 2035.

As controladas continuam realizando os pagamentos significativos que estavam programados para a conclusão da obra, conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores, Provisão para Constituição de Ativos, por esse motivo a apresentam capital circulante negativo consolidado de R\$ 8.568 em 31 de dezembro de 2016, dependendo de recursos de terceiros, como a captação de recursos firmada com o BNDES realizada no exercício de 2016 e de aportes de recursos financeiros da acionista Alupar Investimento S.A. juntamente com os resultados futuros, suportados por projeções aprovadas pela administração quanto à evolução positiva de resultados futuros, suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2016 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 27 de março de 2017.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente.

### **2.2 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e

premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Essas estimativas e premissas incluem: análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### ***Vida útil dos bens do imobilizado***

Conforme descrito na nota explicativa 3.6, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitada ao prazo de autorização das companhias controladas. A Companhia entende que esses critérios refletem adequadamente a vida útil de seus ativos..

## **2.5 Critérios de consolidação**

As informações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as informações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas

## **3 Sumário das práticas contábeis**

### **3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

**3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

**3.1.2 Contas a receber de clientes**

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

**3.1.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

**3.1.4 Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercício de 2016, incluindo operações de *hedge*.

**3.2 Investimentos**

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

**3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

**3.4 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

### **3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.6 Imobilizado**

O imobilizado das controladas estão registrados pelo custo de aquisição e/ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitada ao prazo de autorização das companhias controladas.

### **3.7 Intangível**

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

### **3.8 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas.

Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **3.9 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

### **3.9.1 Provisões para compensações ambientais**

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

### **3.9.2 Provisões para constituição dos ativos**

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

## **3.10 Tributação**

### **3.10.1 Impostos sobre as vendas**

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

### **3.10.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto as controladas, que estão sob o regime de apuração com base no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social corrente são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Atualmente, a Companhia e suas controladas estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- Lucro Presumido (Controladas): O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida

de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

- **Lucro Real (Controladora):** Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

### **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

### **3.12 Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registrará a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

### **3.13 Reconhecimento da receita**

#### **3.13.1 Receita de geração de energia elétrica**

As Controladas reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

#### **3.13.2 Receita de juros**

A receita de juros decorrente de equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## **4 Pronunciamentos novos ou revisados**

### **4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas**

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

<b>Norma</b>	<b>Vigência</b>	<b>Principais pontos introduzidos pela norma</b>	<b>Impactos da adoção</b>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.	A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	Remuneração anual	31/12/2016	Remuneração anual	31/12/2016
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa:</u></b>				
Numerário disponível	N/A	5.546	N/A	7.772
Certificados de depósitos bancários	-	-	87,87%	3.395
Aplicações automáticas	-	-	20,00%	120
		<b>5.546</b>		<b>11.287</b>

## 6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016
<b><u>Títulos e valores mobiliários:</u></b>		
Ativo circulante	-	12.931
	<b>-</b>	<b>12.931</b>

O saldo da conta refere-se as garantias exigidas pelo contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1 celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e as empresas Controladas, que estabelece que as Companhias devem constituir uma conta bancária reserva, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo.

## 7 Contas a receber de clientes

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016
<b><u>Circulante:</u></b>		
Suprimento de energia elétrica	-	7.152
	<b>-</b>	<b>7.152</b>

## 8 Impostos e contribuições sociais a compensar

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2016</b>
<b><u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u></b>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	2
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	1.014
	<b>-</b>	<b>1.016</b>

## 9 Investimentos

(a) A movimentação do investimento é conforme segue:

Descrição	Aquisição	Ágio	Integralização	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2016
<b>Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:</b>					
Energia dos Ventos I S/A	22.657	3.006	24.999	(4.258)	46.404
Energia dos Ventos II S/A	10.355	1.847	14.427	(4.688)	21.941
Energia dos Ventos III S/A	21.837	2.714	11.930	(2.783)	33.698
Energia dos Ventos IV S/A	46.258	3.934	35.187	(3.142)	82.237
Energia dos Ventos X S/A	17.114	2.418	16.637	(2.840)	33.329
	<b>118.221</b>	<b>13.919</b>	<b>103.180</b>	<b>(17.711)</b>	<b>217.609</b>

Em 02 de março de 2015 a Controladora Alupar Investimento S.A., adquiriu a participação societária de cada uma das sociedades integrantes do Complexo Aracati, da seguinte forma, 7.315.700 ações (sete milhões, trezentos e quinze mil e setecentas) referente a EDV I, 4.459.000 ações (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil) referente a EDV II, 6.595.400 ações (seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e quatrocentas) referente a EDV III, 9.604.000 ações (nove milhões, seiscentos e quatro mil) referente a EDV IV e 5.865.300 ações (cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil e trezentas) referente a EDV X, totalizando 33.839.400 (trinta e três milhões, oitocentas e trinta e nove mil e quatrocentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 49,00% (quarenta e nove por cento), registrando um ágio no montante de R\$ 13.919.

Em 11 de fevereiro de 2016, essas ações detidas pela Controladora Alupar foram cedidas para a Companhia, no montante total de R\$ 132.139 que foram contabilizados da seguinte forma R\$ 118.221 investimentos e R\$ 13.919 ágio .

Em 03 de junho de 2016 a Companhia integralizou, mediante conversão de Adiantamento para futuro aumento de capital, em suas controladas, através da emissão de novas ações, os seguintes montantes, EDV I, 13.216.684 ações, R\$ 13.217; EDV II, 6.442.896 ações, R\$ 6.443; EDV III, 7.297.855 ações, R\$ 7.298; EDV IV 13.460.936 ações, R\$ 13.461, e EDV X, 6.166.042 ações, R\$ 6.166. Totalizando 46.584.413 ações e R\$ 46.585.

Em 04 de julho de 2016 a Companhia integralizou, mediante conversão de Adiantamento para futuro aumento de capital, em suas controladas, através da emissão de novas ações, os seguintes montantes, EDV II, 510.643 ações, R\$ 511 e EDV IV 1.927.904 ações, R\$ 1.928. Totalizando 2.438.547 ações e R\$ 2.439.

Em 30 de dezembro de 2016 a Companhia integralizou, mediante conversão de Adiantamento para futuro aumento de capital, em suas controladas, através da emissão de novas ações, os seguintes montantes, EDV I, 11.783.362 ações, R\$ 11.783; EDV II, 7.473.137 ações, R\$ 7.473; EDV III, 4.630.346 ações, R\$ 4.630; EDV IV, 21.725.870 ações, R\$ 21.726, e EDV X, 8.542.383 ações, R\$ 8.542. Totalizando 54.155.098 ações e R\$ 54.154.

(b) Os investimentos em controladas estão apresentadas a seguir:

Empresas controladas	31/12/2016								
	Capital social - quantidade de ações	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio líquido	Participação da Windepar		Dados das controladas / coligadas			
				no capital social	no patrimônio líquido	Receita líquida	Ativo	Passivo	Resultado do exercício
Energia dos Ventos I S/A	47.830.836	47.830.835	43.398	100,00%	43.398	11.024	114.434	71.036	(4.322)
Energia dos Ventos II S/A	24.926.816	24.926.815	20.094	100,00%	20.094	5.813	65.612	45.518	(4.818)
Energia dos Ventos III S/A	33.934.534	33.934.533	30.984	100,00%	30.983	11.195	95.648	64.664	(2.879)
Energia dos Ventos IV S/A	81.644.013	81.644.012	78.311	100,00%	78.310	14.042	166.258	87.947	(3.141)
Energia dos Ventos X S/A	33.906.759	33.906.758	30.911	100,00%	30.911	8.955	88.095	57.184	(2.969)

## 10 Imobilizado

Em 11 de fevereiro de 2016, a Companhia Windepar Holding S.A. recebeu através de cessão as ações detidas pela Controladora Alupar Investimento S.A. nas empresas controladas Energia dos Ventos I, II, III, IV e X.

O montante de R\$ 463.287 de imobilizado adquirido em transação de capital conforme demonstrado no quadro abaixo, é composto por R\$ 101.064 na EDV I, R\$ 54.541 na EDV II, R\$ 82.080 na EDV III, R\$ 151.752 na EDV IV e R\$ 73.850 na EDV X.

**Windepar Holding S.A.**  
*Demonstrações contábeis individuais e consolidadas*  
em 31 de dezembro de 2016

Consolidado					
Taxa média anual de depreciação	Adições	Transferência devido Unitização	Transferência para intangível	Imobilizado adquirido em transação de capital	Saldo em 31/12/2016
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Terrenos	-	1.000	4.350	-	5.350
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,33%	-	2.863	-	2.863
Máquinas e equipamentos	4,85%	-	486.104	-	486.104
Móveis e utensílios	6,25%	-	16	-	16
Software	20,00%	-	130	(130)	-
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>1.000</b>	<b>493.463</b>	<b>(130)</b>	<b>494.333</b>
<b>(-) Depreciação acumulada</b>					
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(61)	-	-	(61)
Máquinas e equipamentos		(11.370)	-	-	(11.370)
<b>Total da depreciação acumulada</b>		<b>(11.431)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.431)</b>
<b>Total do ativo imobilizado em serviço</b>		<b>(10.431)</b>	<b>493.463</b>	<b>(130)</b>	<b>482.902</b>
<b>Imobilizado em curso</b>					
Terrenos		1.925	(4.350)	2.550	125
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		17	-	-	17
Máquinas e equipamentos		10.146	(352.253)	342.107	-
Móveis e utensílios		38	(142)	7	43
A Ratear <sup>1</sup>		23.227	(106.693)	84.182	716
Juros Capitalizados <sup>2</sup>		16.903	(36.355)	19.452	-
Adiantamento a Fornecedor		414	(7.915)	7.501	-
Sistema de Conexão e Transmissão		(2.894)	14.370	7.355	18.831
Software		-	(123)	123	-
Outros Intangíveis		2	(2)	-	-
<b>Total do ativo imobilizado em curso</b>		<b>49.778</b>	<b>(493.463)</b>	<b>130</b>	<b>19.732</b>
<b>Total do imobilizado</b>		<b>39.347</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>463.287</b>
					<b>502.634</b>

- (1) Imobilizado em curso - a ratear: foram registrados os custos realizados em benefício da obra das empresas controladas, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (2) Juros capitalizados: as empresas controladas agregaram, durante a implantação de seus empreendimentos, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

## 11 Intangível

Consolidado						
Taxa média anual de amortização	Adições	Transferência devido Unitização	Transferência do Imobilizado	Imobilizado adquirido em transação de capital (*)	Ágio na aquisição de Ações	Saldo em 31/12/2016
<b>Intangível em serviço</b>						
Software	20,00%	13	(8)	130	-	135
Intangível gerado na aquisição de ações	-	-	-	-	13.911	13.911
<b>Total do Intangível em serviço</b>		<b>13</b>	<b>(8)</b>	<b>130</b>	<b>13.911</b>	<b>14.046</b>
<b>(-) Amortização acumulada</b>						
Software		(18)	-	-	-	(18)
<b>Total da amortização acumulada</b>		<b>(18)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(18)</b>
<b>Total do ativo Intangível em serviço</b>		<b>(5)</b>	<b>(8)</b>	<b>130</b>	<b>13.911</b>	<b>14.028</b>
<b>Intangível em curso</b>						
Software		20	8	(130)	118	16
Outros intangíveis		248	-	-	159	407
<b>Total do Intangível em curso</b>		<b>268</b>	<b>8</b>	<b>(130)</b>	<b>277</b>	<b>423</b>
<b>Total do Intangível</b>		<b>263</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>277</b>	<b>14.451</b>

## 12 Empréstimos, debêntures e encargos de dívidas

Consolidado										
Empresa	Instituições financeiras	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante			Não Circulante			
				Encargos	Principal	31/12/2016	Encargos	(-) Custo Amortizar	Principal	31/12/2016
Windepar Holding S/A	Pentágono S/A	15/12/2028	IPCA + 8,5 %	-	-	-	322	(1.006)	67.500	66.816
Energia dos Ventos I S/A	BNDES	15/10/2032	TJLP + 2,18%	189	1.910	2.099	-	-	55.825	55.825
Energia dos Ventos II S/A	BNDES	15/10/2032	TJLP + 2,18%	107	1.078	1.185	-	-	31.512	31.512
Energia dos Ventos III S/A	BNDES	15/10/2032	TJLP + 2,18%	163	1.648	1.811	-	-	48.167	48.167
Energia dos Ventos IV S/A	BNDES	15/10/2032	TJLP + 2,18%	271	2.730	3.001	-	-	79.804	79.804
Energia dos Ventos X S/A	BNDES	15/10/2032	TJLP + 2,18%	137	1.382	1.519	-	-	40.389	40.389
				<b>867</b>	<b>8.748</b>	<b>9.615</b>	<b>322</b>	<b>(1.006)</b>	<b>323.197</b>	<b>322.513</b>

### Recursos captados com emissão de debêntures

Em 15 de dezembro de 2016 foi efetuada a primeira emissão de R\$ 67.500 debêntures, (67.500 sessenta e sete mil e quinhentas debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1).

As empresas Alupar Investimento S.A., Energia dos Ventos I S.A.; Energia dos Ventos II S.A.; Energia dos Ventos III S.A.; Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A. são garantidoras da Companhia nesta operação. A remuneração das debêntures contempla juros de IPCA + 7,6276%, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo que o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2018. As amortizações serão em 22 parcelas semestrais consecutivas, observado o prazo de carência de 18 meses, contados da data de emissão sendo a primeira parcela devida em 15 de junho de 2018 e a última na data do vencimento das debêntures, em 15 de dezembro de 2028.

De acordo com cláusula V, item 5.20 do Instrumento Particular de Escritura da 1º emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusula restritiva (“covenant”) a ser apurada anualmente, a partir do exercício de 2017, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

### **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**

Em 07 de março de 2016 a Companhia e as coligadas Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A celebrou com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, é de R\$ 261.300. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032. Foram liberados R\$ 255.453 até 31 de dezembro de 2016. Os juros incorridos do contrato de financiamento foram incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de abril, julho e outubro, sendo que no exercício de 2016 foram incorporados ao principal importância de R\$ 9.325.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30, devendo a apuração do ICSD Consolidado ocorrer anualmente a partir do exercício fiscal de 2017.

As parcelas relativas ao financiamento (principal mais encargos) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

Consolidado						
2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022 até 2032	Dívida Total
15.430	15.430	15.430	15.430	15.430	245.365	322.513

## **13 Fornecedores**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016
Materiais e serviços	25	25.539
	<u>25</u>	<u>25.539</u>

## 14 Impostos e contribuições sociais a recolher

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016
<b>Tributos e contribuições sociais a recolher</b>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	37
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	153
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1	10
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	134
Imposto sobre Serviços - ISS	-	14
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	-	20
Programa de Integração Social - PIS	7	13
Contribuição para Financiamento da Seguridade	2	64
Outros	-	40
	<b>10</b>	<b>485</b>

## 15 Provisão para constituição de ativos

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016
<b>Natureza</b>		
Materiais e serviços	-	4.634
	<b>-</b>	<b>4.634</b>

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação de suas controladas reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, sendo a sua contrapartida registrada no ativo imobilizado de suas controladas.

## 16 Partes relacionadas

### 16.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia é uma sociedade por ações, de capital fechado, e tem por objeto exercer o controle de cinco empresas geradoras de energia elétrica no Brasil, os detalhes destas controladas e controlada em conjunto estão descritas na nota nº 1.

Natureza da Operação		31/12/2016
<b><u>Ativo Não Circulante:</u></b>		
	<b>Parte Relacionada</b>	
AFAC	Energia dos Ventos II S/A	5.650
AFAC	Energia dos Ventos III S/A	11.300
AFAC	Energia dos Ventos X S/A	12.750
<b><u>Passivo Não Circulante:</u></b>		
	<b>Parte Relacionada</b>	
AFAC	Alupar Investimento S/A	25.440

De acordo com o plano de investimento dos ativos da Companhia, o seu principal Acionista a Alupar Investimento S.A para atendimento dos compromissos da Companhia, realiza AFACs sem características de instrumento de patrimônio.

## 17 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 178.754, totalmente integralizado, representado por 164.832.956 (cento e sessenta quatro milhões, oitocentas e trinta e duas mil, novecentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, toda nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	31/12/2016	
	Ordinárias	
	Quantidade	%
<b>Acionista</b>		
Alupar Investimento S.A.	164.832.956	100,00
<b>Total das ações</b>	<u>164.832.956</u>	<u>100,00</u>

### Reserva de Lucros

**a. Reserva legal**

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

**b. Lucros retidos**

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

## 18 Receita operacional líquida

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016
<b>Receitas operacional bruta</b>		
Suprimento de energia elétrica	-	52.693
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>52.693</u>
<b>Tributos sobre a receita</b>		
PIS	-	(357)
COFINS	-	(1.307)
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>(1.664)</u>
<b>Receita Líquida</b>	<u>-</u>	<u>51.029</u>

## 19 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016		31/12/2016	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
<b>Custos não gerenciáveis</b>				
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(22)	-
	-	-	(22)	-
<b>Custos gerenciáveis</b>				
Energia comprada para revenda - partes relacionadas	-	-	(29.693)	-
Seguros	-	-	(44)	(7)
Aluguéis	-	-	(293)	(167)
Pessoal	-	-	(341)	(414)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	-	-	(517)
Material	-	(1)	(86)	(13)
Serviços de Terceiros	-	(166)	(949)	(601)
Equivalência Patrimonial	-	(17.711)	-	-
Outros	-	(34)	(68)	(110)
	-	(17.912)	(31.474)	(1.829)
<b>Depreciação e Amortização</b>				
	-	-	(11.433)	(16)
	-	-	(11.433)	(16)
	-	(17.912)	(42.929)	(1.845)

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs das empresas controladas estabelecem obrigatoriedade de venda de energia a partir de 01 de janeiro de 2016, tendo em vista que tais controladas foram liberadas como aptas à operação comercial dentro do 1º semestre de 2016, necessitou-se que as mesmas arcassem com custos de compra de energia elétrica para revenda para cumprir as cláusulas estabelecidas em contrato de venda de energia.

## 20 Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	52	2.417
Outras	-	183
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>2.600</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	-	(18.908)
Variação monetária	-	(3.015)
Encargos sobre debêntures	(322)	(322)
IOF	-	(1.424)
Outras	(8)	(887)
<b>Total</b>	<b>(330)</b>	<b>(24.556)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(278)</b>	<b>(21.956)</b>

## 21 Imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Recebimento Clientes e Ajuste positivo CCEE	-	-	45.425	45.425
Alíquota de presunção de lucro	0%	0%	8%	12%
	-	-	3.634	5.451
Receita financeira	-	-	3.526	3.526
	-	-	7.160	8.977
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 240/ano)	10%	-	10%	-
	-	-	1.667	808
Outros	-	-	14	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.681</b>	<b>808</b>

## 22 Instrumentos financeiros

### 22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

### 22.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia adotou a seguinte metodologia para a divulgação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

1º emissão de debêntures: Considera-se que os saldos contábeis das debêntures aproximam-se dos seus valores justos.

	Controladora		Consolidado		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5.546	5.546	11.287	11.287	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	-	-	12.931	12.931	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	-	-	7.152	7.152	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<b>5.546</b>	<b>5.546</b>	<b>31.370</b>	<b>31.370</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	25	25	25.539	25.539	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	66.816	66.816	332.128	332.128	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<b>66.841</b>	<b>66.841</b>	<b>357.667</b>	<b>357.667</b>		

### **22.3 Hierarquia do valor justo**

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### **22.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

#### ***Risco de crédito***

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e de suas controladas não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

#### ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade da Companhia e de sua controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### ***Risco de regulação***

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades de suas empresas controladas.

#### ***Risco da escassez de vento***

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

#### ***Operações com instrumentos financeiros derivativos***

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### ***Risco de taxas de juros***

A Companhia e suas controladas não tem operações em moeda estrangeira.

***Risco de liquidez***

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

**23 Eventos subsequentes**

Em 02 e 09 de janeiro, 09 e 21 de fevereiro e 07 de março de 2017 a Alupar Investimento S.A., aportou a título de adiantamento para futuro aumento de capital para a Companhia os valores de R\$ 11.000, R\$ 6.650, R\$ 680, R\$ 500 e R\$ 800, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 19.630.

\* \* \*

Patrícia Nalini Savio Ferreira  
Contadora - CRC 1SP237063/O-2